

ÁGUAS DE CARRAZEDA

RELATÓRIO E CONTAS

2023



Águas
de Carrazeda

[Handwritten signatures]



Índice

Apresentação.....	2
Identificação.....	2
Estrutura Acionista.....	3
Órgãos Sociais.....	3
Organograma Funcional.....	4
Dados Principais.....	5
Caracterização do Sistema.....	6
Principais Acontecimentos em 2023.....	6
Atividade Técnica.....	9
Atividade Comercial.....	11
Rendimentos Operacionais.....	15
Gastos Operacionais.....	15
Resultado Financeiro.....	16
Demonstração da Posição Financeira.....	16
Perspetivas Futuras.....	17
Proposta de Aplicação de Resultados.....	17
Considerações Finais.....	18
CONTAS DO EXERCÍCIO 2023 E RESPECTIVO ANEXO.....	19
NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
1. Identificação da entidade.....	25
2. Bases de Apresentação.....	26
3. Política de gestão de Risco Financeiro.....	29
4. Rédito.....	30
5. Fornecimentos e Serviços externos.....	31
6. Custos com pessoal.....	32
7. Outros Proveltos e Outros Custos.....	33
8. Proveltos e Custos Financeiros.....	33
9. Imposto Sobre o Rendimento.....	35
10. Ativos Fixos tangíveis e Ativos Intangíveis.....	38
11. Locações e Ativos sob direitos de uso.....	40
12. Contas a Receber Correntes e Não Correntes.....	42
13. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	44
14. Capital Próprio.....	44
15. Provisões, Passivos Contingentes Ativos Contingentes.....	45
16. Dívida Financeira – Corrente e Não corrente.....	46
17. Contas a Pagar Correntes e Não Correntes.....	48
18. Compromissos e Garantias.....	48
19. Partes Relacionadas.....	49
20. Instrumentos Financeiros.....	50
21. Justo Valor de Ativos e Passivos.....	52
22. Outras Divulgações.....	53
Certificação Legal de Contas.....	55
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	56

Apresentação



A Águas de Carrazeda S.A. foi constituída em 7 de Fevereiro de 2001. Em 22 de Maio do mesmo ano a Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães entregou-lhe, pelo prazo de 30 anos, a Concessão e Exploração conjunta dos Serviços Públicos Municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Carrazeda de Ansiães. A 22 de Julho de 2001 deu-se início ao Período de Funcionamento da Concessão.

Identificação

Identificação	Águas de Carrazeda, S.A.
Sede Social	Praça do Município, 5140-087 Carrazeda de Ansiães
Pessoa Coletiva	505 347 156
Capital Social	€ 1.000.000,00
Inscrição na C.R.C.	Carrazeda sob o n.º 505 347 156



Estrutura Acionista

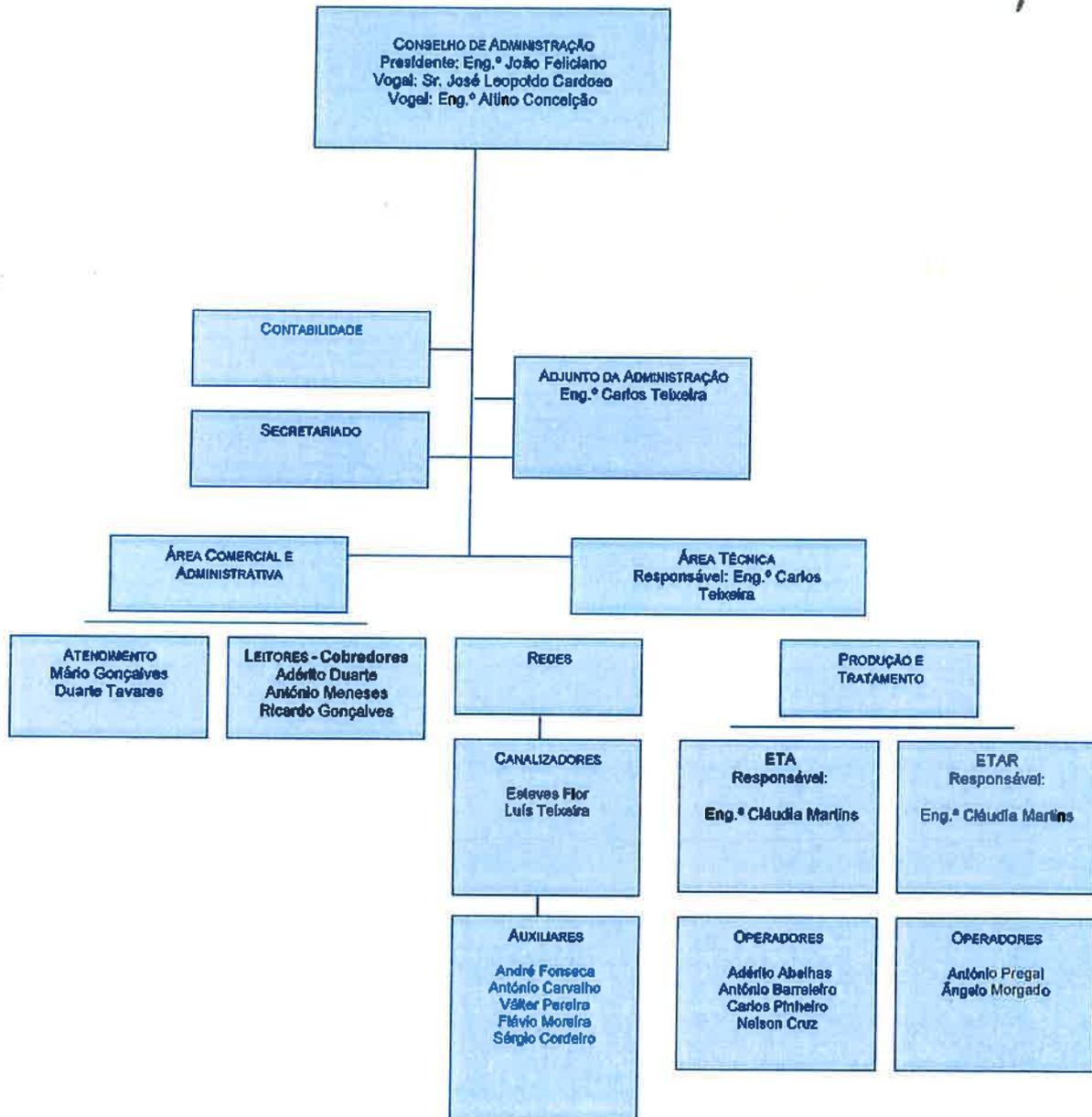
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	75,0000%
Socopul - Sociedade de Construções e Obras, S.A. - Em Liquidação	24,9997%
José Leopoldo da Silva Cardoso	0,0001%
João Monteiro	0,0001%
João Manuel da Silva Fonseca	0,0001%

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Eng.º José Francisco da Silva Fonseca
	Secretário	Dra. Filipa Pinto Basto
Conselho de Administração	Presidente	Eng.º João Feliciano
	Vogais	Sr. José Leopoldo Cardoso
		Eng.º Altino Barbosa da Conceição (eleito por cooptação em substituição do Eng. Francisco Morais, cujo mandato se encontra suspenso)
Fiscal Único	Efetivo	Dr.ª Paula Alexandra Monteiro Baptista Alves Sá - ROC 1191
	Suplente	Dr. José Fernando Abreu Rebouta - ROC 1023



Organograma Funcional



Dados Principais

Económico Financeiros		2023	2022
Activo Líquido	Euros	3.907.890	3.857.160
Passivo Remunerado	Euros	987.764	967.305
Capitais Próprios	Euros	-898.222	-786.942
Volume de Negócios	Euros	780.207	662.159
EBITDA	Euros	70.715	-107.737
Resultado Antes de Impostos	Euros	-106.522	-246.324
Resultado Líquido	Euros	-111.280	-248.847

Comerciais		2023	2022
Nº Clientes – Abastecimento de Água	un.	5.010	4.984
Nº Clientes – Saneamento	un.	4.184	4.154
Volume de Água Aduzida	m ³	484.977	515.092
Volume de Água Faturada	m ³	295.768	277.100

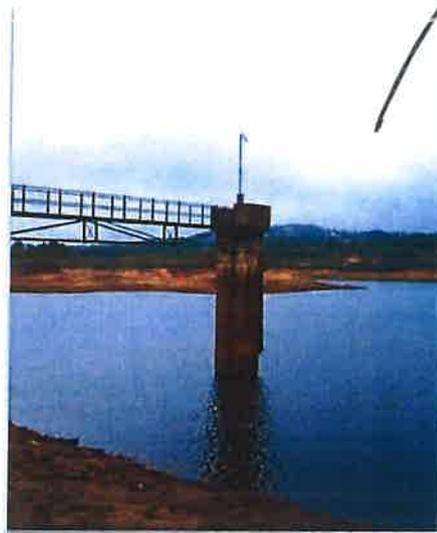


Caracterização do Sistema

O Sistema de Abastecimento de Água ao concelho de Carrazeda de Ansiães tem origem na albufeira de Fontelonga, onde a jusante existe uma estação de tratamento de água com o mesmo nome. A partir da ETA inicia-se o sistema adutor ao concelho que se divide em 4 sectores.

Este sistema integra 40 reservatórios, 2 estações elevatórias e 237 km de rede.

O Sistema de Drenagem de Águas Residuais baseia-se em sistemas únicos, constituídos pela rede de drenagem e órgãos de tratamento maioritariamente constituídos por fossas sépticas (63), com excepção da sede do Concelho servido pela ETAR de Carrazeda. Integram este sistema 3 Estações Elevatórias e 91 km de rede.



Principais Acontecimentos em 2023

Tal como se tem vindo a verificar em anos anteriores, destaca-se a beneficiação de diversas infraestruturas e instalações, como por exemplo, a substituição de vários troços de conduta, substituição de válvulas de seccionamento, acessórios em condutas, câmaras de manobra de reservatórios, ramais de abastecimento...

O ano de 2023 fica marcado pela instalação de várias redutoras de pressão na vila de Carrazeda de Ansiães e condutas adutoras. A instalação destes equipamentos permite criar novas zonas de medição e controlo, baixar os patamares de pressão, melhorar o desempenho da rede e aumentar a sua longevidade.

Este ano ficou também marcado pela substituição de parte da adutora de Foz Tua, tendo sido remodelado o troço entre Castanheiro do Norte e Fiolhal, numa empreitada levada a cabo pelo Município de Carrazeda de Ansiães.

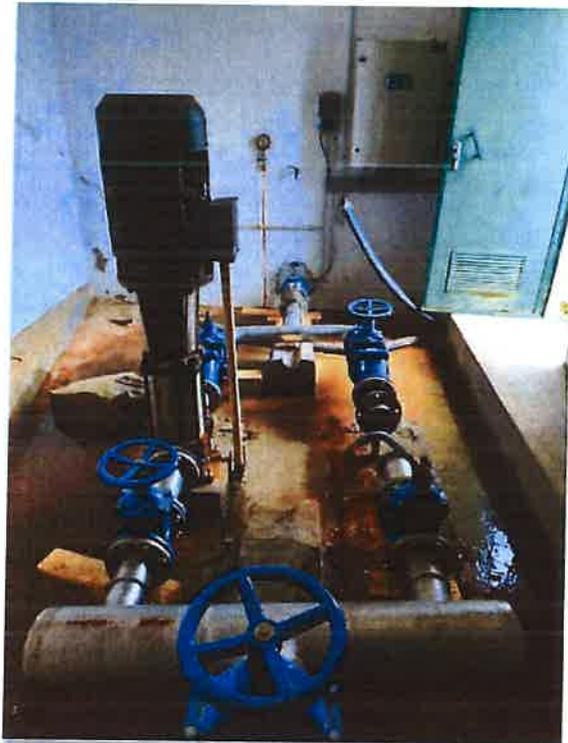




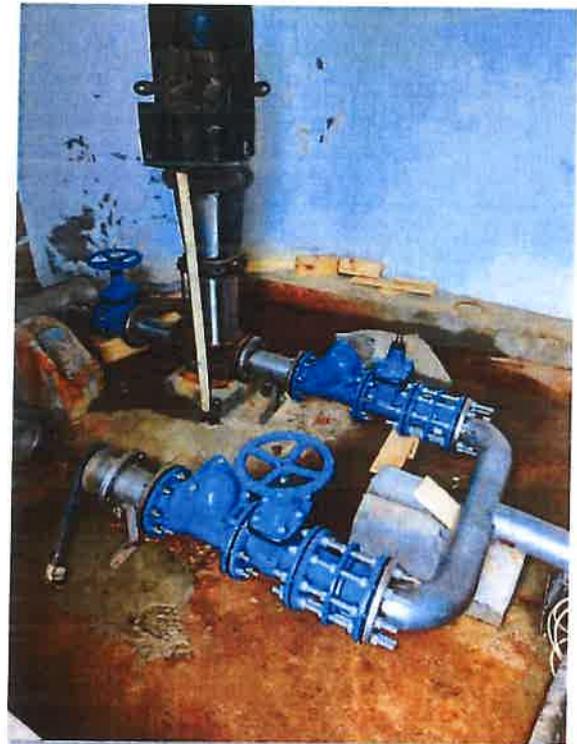
Câmara de manobras do Reservatório de Ferreiro



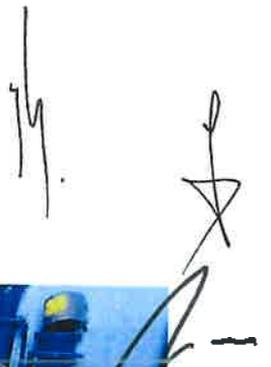
Câmara de manobras do Reservatório de Ferreiro



Câmara de manobras do Reservatório de Ferreiro
- Remodelação



Câmara de manobras do Reservatório de Ferreiro
- Remodelação





Armário VRP – Jardim da Telheira



Armário VRP – Jardim da Telheira

O ano de 2023 ficou ainda marcado como um ano hidrológico (2022/2023) extremamente quente, tendo sido o mais quente desde 1931. No entanto, em termos de precipitação foi considerado como um ano normal, apresentando níveis de precipitação muito próximos da média do período de 1971 a 2000. Esta situação permitiu recuperar parcialmente as disponibilidades hídricas, tanto a nível subterrâneo, como a nível superficial, não tendo sido necessário realizar transporte rodoviário de água para consumo humano do Rio Tua para a Albufeira de Fontelonga.

A nível internacional, o ano de 2023 ficou marcado pela continuação do conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, o que condicionou a estabilidade dos mercados financeiros e manteve o clima de incerteza ao nível da economia global. Não obstante a redução das pressões inflacionistas, sobretudo no que se refere aos custos da eletricidade e combustíveis, e da recuperação parcial das cadeias de abastecimento globais, a situação económica mundial continuou a mostrar-se muito volátil, colocando desafios acrescidos à gestão da Empresa.

No final do ano emergiu um novo conflito armado, entre Israel e a Palestina, com repercursões no Mar Vermelho, nomeadamente no que se refere ao transporte de mercadorias, o que contribuiu para agravar ainda mais o clima de incerteza nos mercados globais e condicionar a recuperação que se estava a notar ao nível das cadeias de abastecimento.

Ainda assim, a Empresa conseguiu minimizar os efeitos destes acontecimentos, quer no que refere à área operacional, quer no que diz respeito ao cumprimento das suas obrigações.

A atividade da Empresa no ano de 2023 ficou ainda marcada pelas consequências da Operação Gota d'Água, associadas ao laboratório responsável pelo controlo analítico da Águas de Carrazeda, tendo obrigado, no final do ano, à alteração do laboratório responsável por este serviço, bem como a um esforço acrescido de acompanhamento por parte do acionista maioritário. Na sequência desta operação, a Águas de Carrazeda avançou de imediato com as medidas que se impunham no sentido de averiguar e avaliar eventuais desconformidades praticadas por colaboradores da empresa, situação que ainda permanece em curso à data do fecho deste relatório.



Atividade Técnica

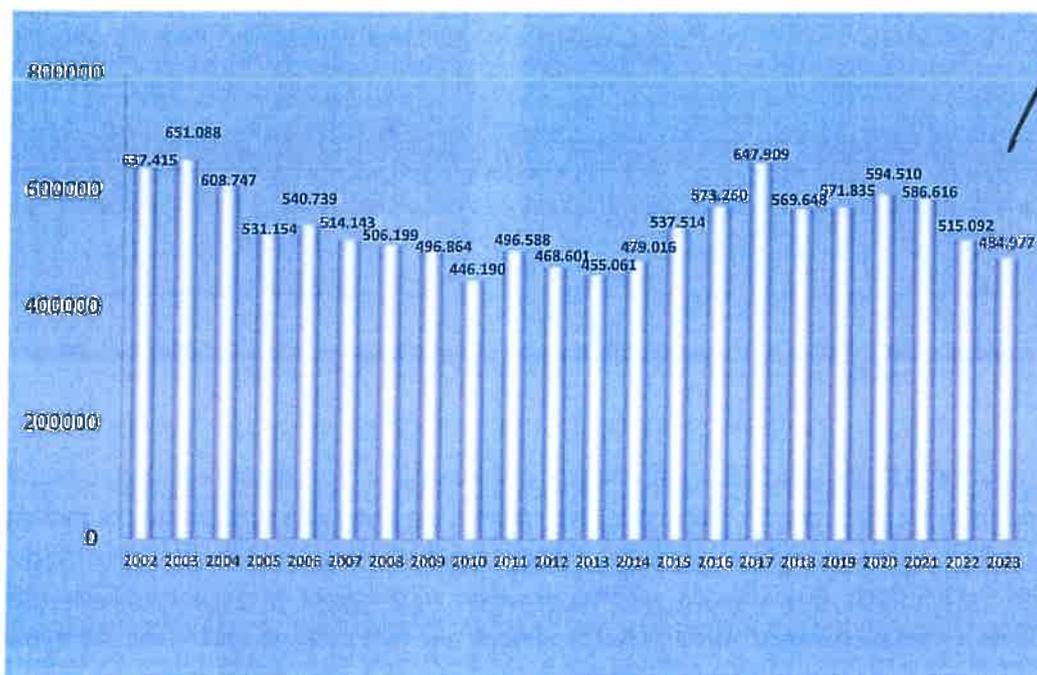


Gráfico n.º 1 - Volume de Água Aduzido ao Sistema (m³)

O volume de água faturada aumentou face ao ano de 2022, cerca de 6,7% e o volume de água captada diminuiu cerca de 5,6% comparativamente ao ano de 2022.

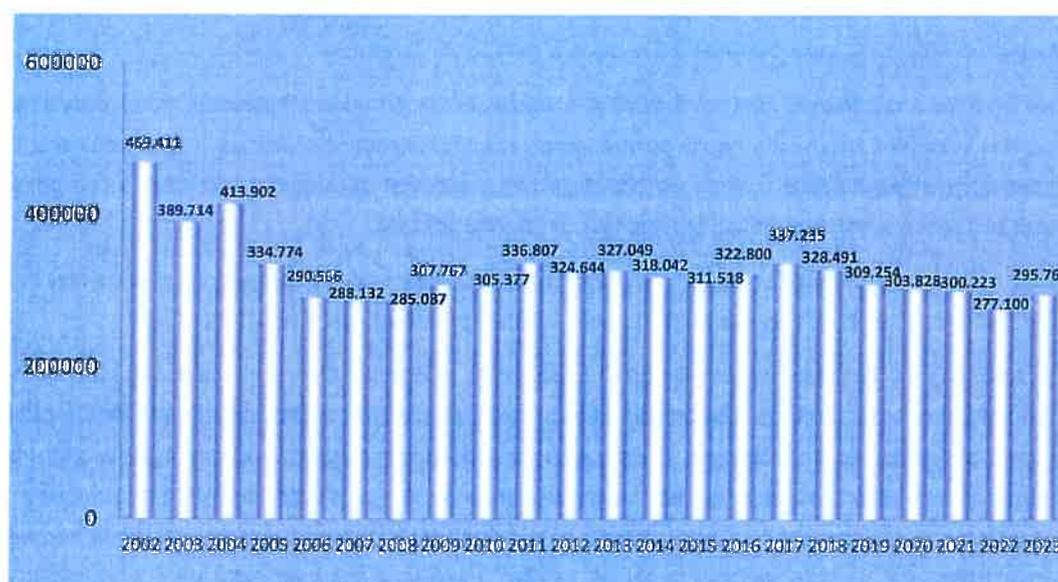


Gráfico n.º 2 - Volume de Água Faturada (m³)



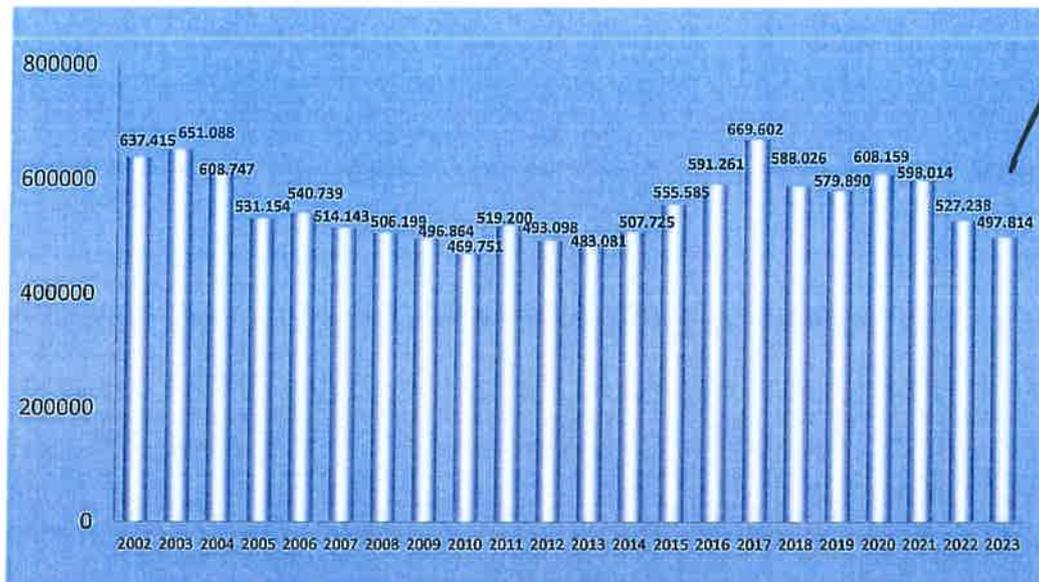


Gráfico n.º 3 - Volume de Água Captada (m³)

Foi elaborado um programa de recolha de amostras, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, com a realização de análises do grupo CR1, CR2 e inspeção. Foram realizadas 1.571 análises à qualidade da água, verificando-se que 98,5% dos resultados estavam em conformidade com os requisitos de potabilidade.

No sentido da melhoria contínua da qualidade da água para consumo público está a proceder-se à desinfecção nos pequenos sistemas de abastecimento independentes, através de colocação de pastilhas de Hipóclorito de Cálcio e de um plano de controlo e medição de cloro residual na rede.

No que respeita ao saneamento, foram recolhidas 289.702 m³ de águas residuais, das quais 137.372 m³ foram tratadas na ETAR de Carrazeda, a restante produção foi tratada em fossas sépticas.

Durante o ano de 2023, para cumprimento das condições de higiene e segurança no trabalho, no estrito cumprimento da legislação em vigor, mantiveram-se actualizados os planos de segurança elaborados para intervenções programadas em equipamentos e substituição de equipamentos de protecção individual.



Atividade Comercial

Durante o ano de 2023 o número de clientes de água faturados aumentou 0,5% comparativamente a 2022, o número de utentes de saneamento aumentou no mesmo período 0,7%.

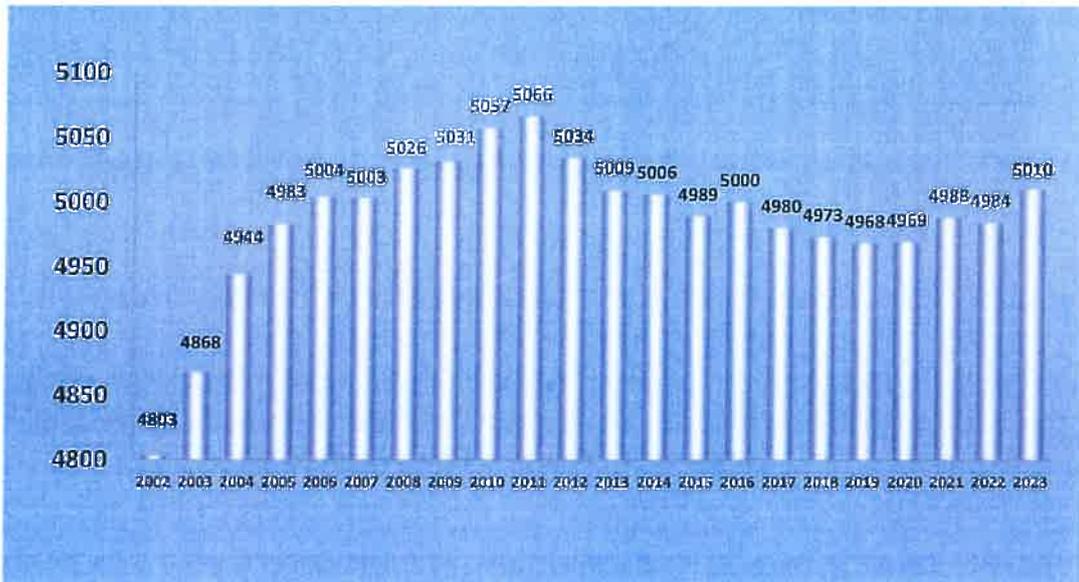


Gráfico n.º 5 - N.º de Clientes Faturados de Água

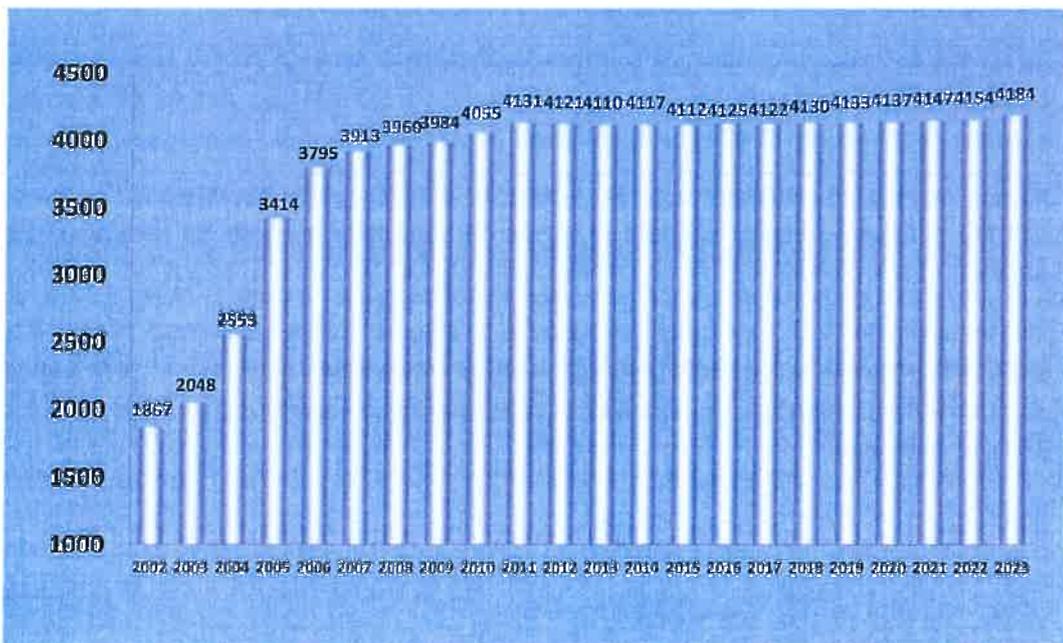


Gráfico n.º 6 - N.º de Utentes Faturados de Saneamento

A taxa de atendimento para o abastecimento de água aumentou face a 2022, sendo de 94%. Para a rede de saneamento, a taxa de atendimento, manteve-se em relação a 2022, encontrando-se no valor de 78%.

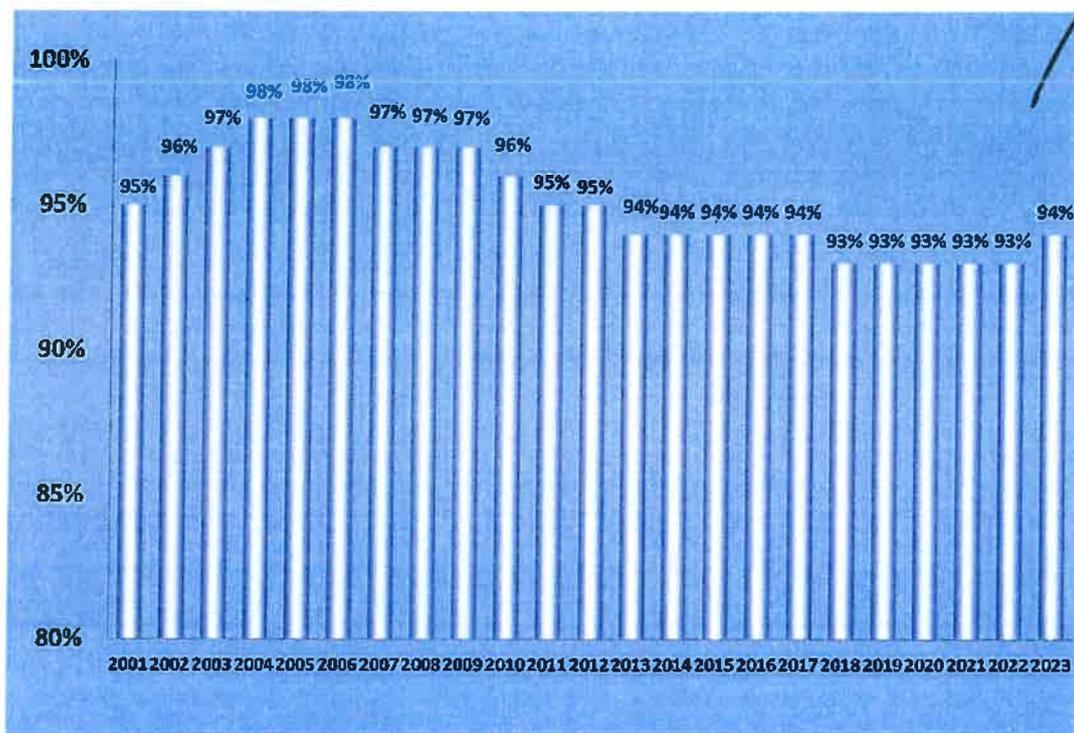


Gráfico n.º 7 – Evolução da Taxa de Atendimento ao Abastecimento de Água

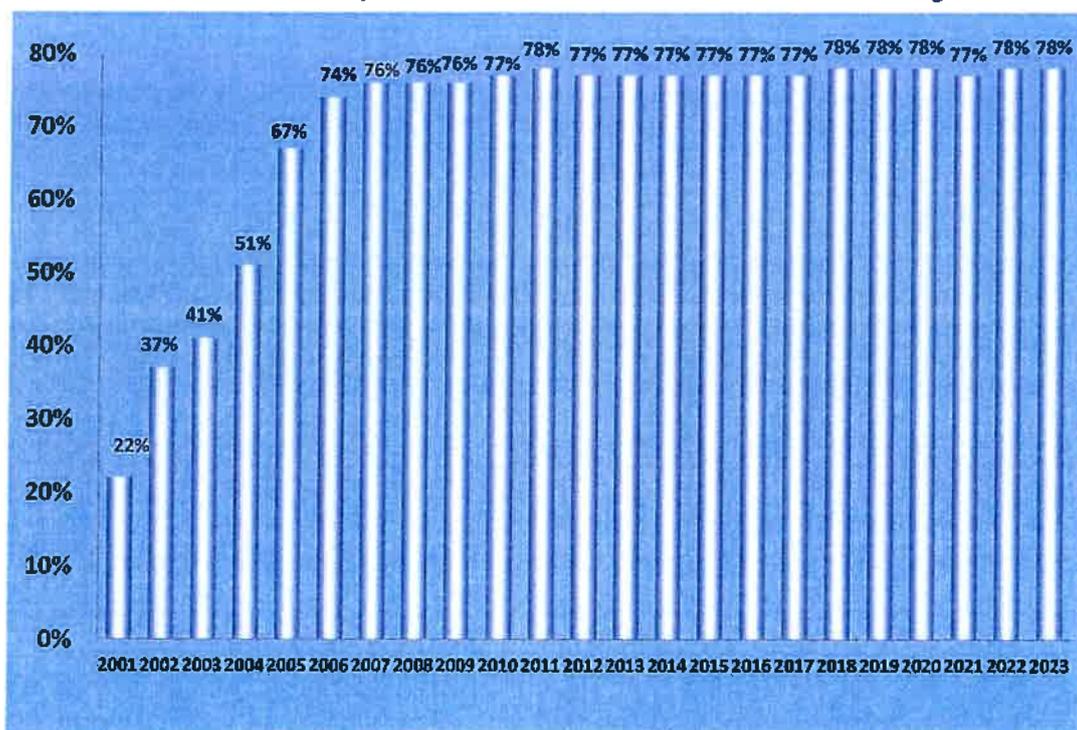


Gráfico n.º 8 – Evolução da Taxa de Atendimento ao Saneamento

Da análise da repartição do consumo de água por tipo de cliente, destacam-se os segmentos doméstico e a venda de água em alta à Câmara Municipal de Vila Flor, os quais em conjunto representam 80,2% do consumo total.

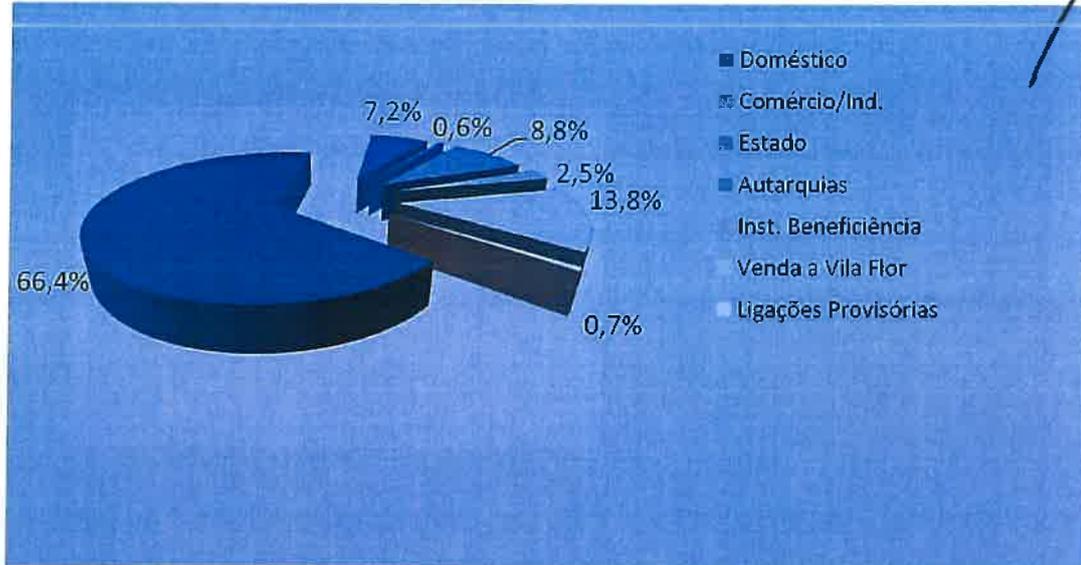


Gráfico n.º 9 – Água Faturada 2023 (% por tipo cliente)

A análise dos meios de cobrança utilizados pelos nossos clientes evidencia a crescente preferência pela transferência bancária. Durante o ano de 2023, relativamente ao ano de 2022, ocorreu um decréscimo da cobrança efetuada pelos leitores cobradores e a cobrança efectuada nos balcões da empresa manteve-se nos 16%.

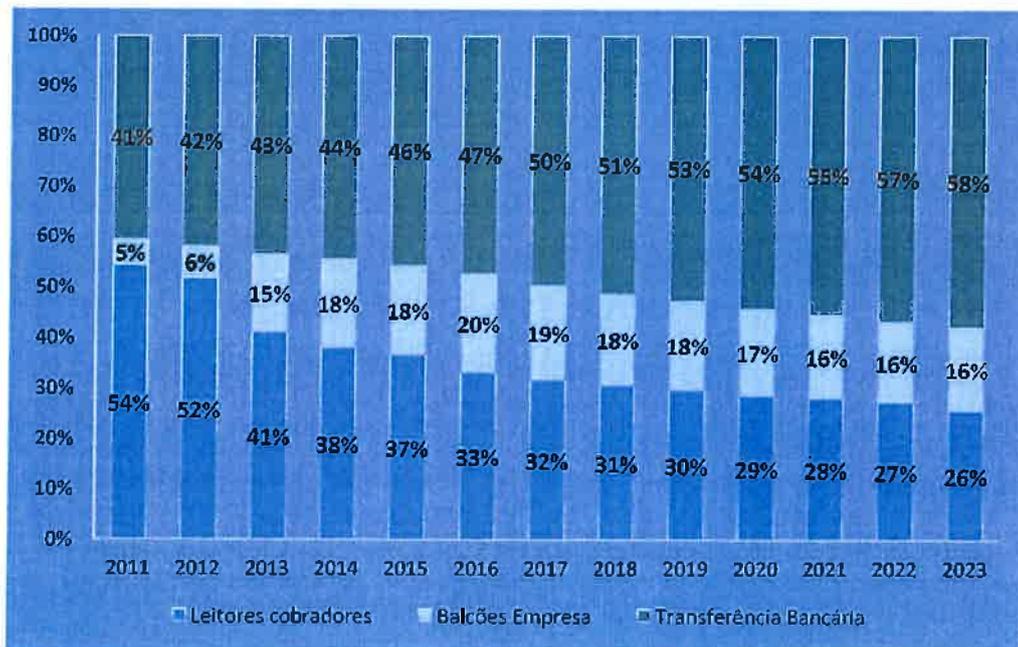


Gráfico n.º 10 – Meios de Cobrança

Situação Económico-Financeira

Os resultados obtidos continuam a ser negativos, continuando a deteriorar os níveis de autonomia financeira e capitais próprios da entidade face ao ano anterior.

Económico Financeiros		2023	2022	Var % 23/22
Activo Líquido	Euros	3.907.890	3.857.160	1,32%
Capitais Próprios	Euros	-898.222	-786.942	-14,14%
Capital Social	Euros	1.000.000	1.000.000	0,00%
Passivo Remunerado	Euros	987.764	967.305	2,12%
Dívida Líquida (1)	%	1103,14%	536,31%	105,69%
Estrutura Financeira (2)		-1,10	-1,23	10,54%
Autonomia Financeira (3)	%	-22,98%	-20,40%	-12,66%
Volume de Negócios	Euros	780.207	662.159	17,83%
EBITDA (4)	Euros	70.715	-107.737	165,64%
Margem EBITDA	%	9,06%	-16,27%	155,71%
EBIT	Euros	-64.806	-233.242	72,22%
Resultado Líquido	Euros	-111.280	-248.847	55,28%

(1) Dívida Líquida: Passivo Remunerado/ (Passivo Remunerado + Capitais Próprios)

(2) Estrutura Financeira: Passivo Remunerado / Capitais Próprios

(3) Autonomia Financeira: Cap. Próprio/ Act. Líq. Total

(4) EBITDA = Proventos Operacionais - Custos operacionais (excepto amortizações e provisões do exercício)

É evidente o enorme esforço efectuado pela concessionária no cumprimento das suas obrigações contratuais, num contexto em que persistem vários constrangimentos resultantes do não cumprimento por parte da Concedente (Município de Carrazeda de Ansiães) de algumas das cláusulas do Contrato de Concessão e em que os resultados permanecem negativos e a agravar-se face ao ano anterior.

Apesar dos vários alertas da Concessionária ao Município sobre as implicações negativas que resultam do sucessivo atraso na definição de uma solução para o grave desequilíbrio económico-financeiro da Concessão, este ano, a sociedade volta a não cumprir os requisitos do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais. Desta forma, constitui dever do Conselho de Administração, alertar os acionistas para o facto de as Águas de Carrazeda a 31.12.2023 se encontrar com mais de metade do capital social perdido, e portanto não cumprindo com art.º 35º CSC.



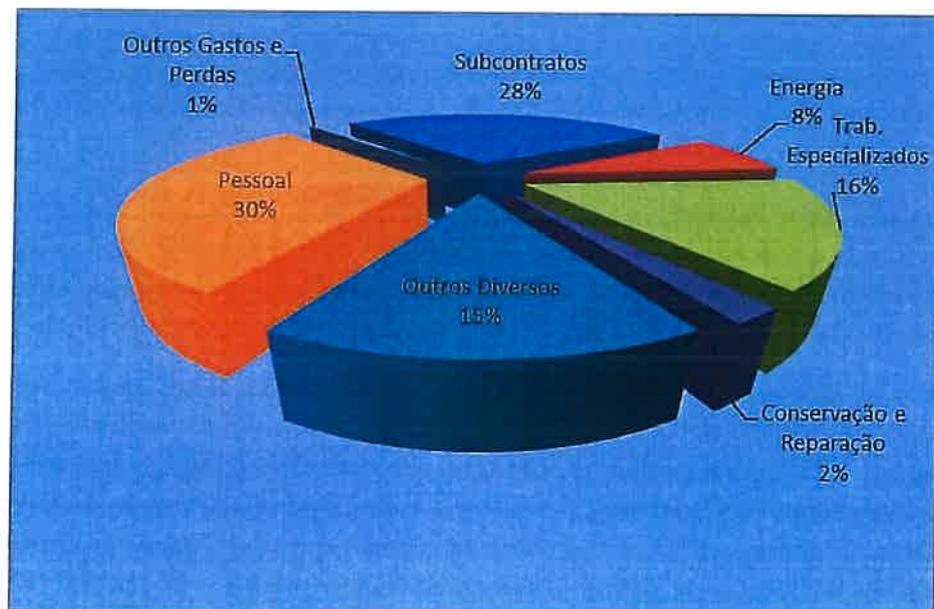
Rendimentos Operacionais

No ano 2023 os Rendimentos Operacionais ascenderam a 781.081 euros distribuídos da seguinte forma:

Rendimentos Operacionais	2023	2022	Peso (%)	Var % 23/22
Tarifas de Utilização	371.290	339.695	47,50%	9,30%
Disponibilidade de Água	231.069	213.787	29,56%	8,08%
Conservação de Esgotos	140.221	125.908	17,94%	11,37%
Tarifas Volumétricas	370.988	291.393	47,46%	27,32%
Venda de Água	370.988	291.393	47,46%	27,32%
Outros Serviços	37.929	31.071	4,85%	22,07%
Trabalhos Própria Empresa	0	0	0,00%	n.a
Reversão de Imparidades	609	0	0,08%	n.a
Outros Rendimentos	874	1.385	0,11%	-36,92%
TOTAL	781.690	663.545		17,81%

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais ascenderam a 710.975 euros.



Gastos Operacionais	2023	2022	Peso (%)	Var 23/22	
				Abs.	%
Subcontratos	183.538	183.641	25,81%	-103	-0,06%
Energia	49.679	63.023	6,99%	-13.344	-21,17%
Trab. Especializados	108.173	138.057	15,21%	-29.884	-21,65%
Conservação e Reparação	13.860	9.218	1,95%	4.642	50,36%
Outros Diversos	97.298	104.501	13,69%	-7.202	-6,89%
CMVMC	55.244	85.852	7,77%	-30.607	-35,65%
Pessoal	198.145	186.212	27,87%	11.933	6,41%
Reforço imparidade	1.095	317	0,15%	778	245,73%
Outros Gastos e Perdas	3.944	8.764	0,55%	-4.820	-55,00%
TOTAL	710.975	779.583		-68.608	-8,80%

Resultado Financeiro

A Águas de Carrazeda registou um resultado financeiro negativo no montante de 41.716 euros relativos à conta caucionada e à remuneração do financiamento accionista.

Demonstração da Posição Financeira

Analisando as principais rubricas da Demonstração da Posição Financeira verificamos que o Activo Líquido atingiu o montante de 3.907.890 euros, o que corresponde a um acréscimo de 1,32%.

O passivo registou um aumento de 3,49%, atingindo o montante de 4.806.112 euros, enquanto que o Capital Próprio face a 2022 teve uma redução atingindo o montante negativo de 898.222 euros.

	2023	2022	Var % 23/22
Ativo Líquido	3.907.890	3.857.160	1,32%
Imobilizado Líquido	1.195.099	1.322.756	-9,65%
Dívidas de Terceiros	2.447.057	2.423.957	0,95%
Disponibilidades	215.878	24.213	791,57%
Capital Próprio	-898.222	-786.942	-14,14%
Passivo	4.806.112	4.644.102	3,49%
Passivo Não Corrente	1.224.335	1.151.593	6,32%
Passivo Corrente	3.581.777	3.492.510	2,56%
	2023	2022	Var % 23/22
Financiamento bancário	93.000	98.886	-5,95%
Financiamento Accionista	894.764	868.419	3,03%
Total	987.764	967.305	2,12%
Disponibilidades	215.878	24.213	791,57%
Dívida Líquida	771.885	943.091	-18,15%





Perspetivas Futuras

Face ao agravamento da sustentabilidade económico-financeira do projeto, que coloca em causa a subsistência da Concessionária e a consequente prestação dos serviços públicos essenciais, urge definir uma solução que sirva ambas as Partes.

É de enaltecer o empenho demonstrado pelo Município em encontrar, em conjunto com a Concessionária, uma solução para o grave desequilíbrio económico-financeiro em que se encontra a Concessão.

O Município e a Concessionária encontram-se, a esta data, a equacionar cenários para a resolução do desequilíbrio económico-financeiro da Concessão.

A empresa, tal como em anos anteriores, envidará todos os esforços no sentido do cumprimento das suas obrigações contratuais, apesar de persistirem vários constrangimentos resultantes do não cumprimento por parte da Concedente (Município de Carrazeda de Ansiães) de algumas das cláusulas do Contrato de Concessão.

Após o termo do exercício, mantêm-se os conflitos militares anteriormente relatados perspetivando-se a continuidade da incerteza global quanto à economia e aos mercados financeiros que obrigarão a Concessionária a controlar efeitos negativos que daí possam advir.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido de 2023, no valor negativo de 111.280 Euros (cento e onze mil e duzentos e oitenta euros), seja transferido para Resultados Transitados.



Considerações Finais

Ao terminar queremos expressar o nosso agradecimento, nomeadamente:

À Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães;

Ao Fiscal Único, pelo cuidadoso acompanhamento e útil contributo que nos concedeu no exercício das suas funções;

Aos senhores Acionistas pela confiança em nós depositada;

Aos nossos clientes pela compreensão do trabalho desenvolvido pela empresa, contribuindo desta forma para um serviço público de qualidade no abastecimento de água e saneamento ao concelho de Carrazeda de Ansiães;

Aos colaboradores da empresa pela competência e dedicação evidenciada.

Carrazeda de Ansiães, 4 de março de 2024

O Conselho de Administração

João Pedro Faria Feliciano

José Leopoldo Cardoso

Altino Barbosa da Conceição

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

CONTAS DO EXERCÍCIO 2023 E RESPETIVO ANEXO



Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	Notas	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	10.2	130.767	153.921
Ativos intangíveis	10.1	1.064.325	1.168.827
Investimentos Financeiros	-	7	7
Ativos por Impostos diferidos	9.2	308	2.371
Total de ativos não Correntes		1.195.407	1.325.127
Corrente			
Inventários	-	40.549	30.477
Contas a receber de Clientes	12.1	87.906	64.811
Impostos a receber	9.1	8.114	40.844
Outros contas a receber	12.2	2.359.151	2.359.146
Diferimentos	-	884	12.542
Caixa e depósitos bancários	13	215.878	24.213
Total de ativos Correntes		2.712.483	2.532.033
Total do ativo		3.907.890	3.857.160
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	14.1	1.000.000	1.000.000
Outros Instrumentos de capital próprio	14.2	6.000	6.000
Reservas legais	14.3	11.648	11.648
Resultados transitados	14.4	-1.804.591	-1.555.743
Resultado líquido do período		-111.280	-248.847
Total do Capital próprio		-898.222	-786.942
Passivo			
Não corrente			
Dívida Financeira	16	948.764	868.419
Credores e Outros Passivos	17	275.572	283.174
Total do Passivo não Corrente		1.224.335	1.151.593
Corrente			
Dívida Financeira	16	39.000	98.886
Contas a pagar de Fornecedores	17	2.731.672	2.681.946
Impostos a pagar	9.1	42.478	25.630
Outras contas a pagar	17	768.627	686.047
Total do Passivo Corrente		3.581.777	3.492.510
Total do Passivo		4.806.112	4.644.102
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		3.907.890	3.857.160

Cláudia Alves

RICARDO BARROSO DO NASCIMENTO

Demonstração de Resultados e do outro Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2023

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

RUBRICAS	NOTAS	Euro	
		31.12.2023	31.12.2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	4	780.207	662.158
Subsídios à exploração	-	0	896
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-55.244	-65.852
Fornecimentos e serviços externos	5	-452.548	-498.439
Gastos com o pessoal	6	-198.145	-186.212
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.1	-486	7.090
Outros Proventos	7.1	874	1.385
Outros Custos	7.2	-3.944	-8.764
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70.715	-107.737
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	-135.520	-125.505
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		-64.806	-233.242
Proventos Financeiros	8	590	1.344
Custos Financeiros	8	-42.304	-14.429
Resultado antes de impostos		-106.522	-246.324
Impostos sobre Lucros	9	-4.758	-2.523
Resultado líquido do período		-111.280	-248.847

Claudio Alves

Handwritten signature of Claudio Alves.

Handwritten signature above the name Adriano Barbosa.

Adriano Barbosa



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023

M. J. 11

RUBRICAS	Euro	
	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	955.585	862.308
Pagamentos a fornecedores	-578.316	-649.571
Pagamentos ao pessoal	-191.078	-158.128
Caixa gerada pelas operações	186.190	54.609
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento	-2.925	-2.601
Outros recebimentos/pagamentos	20.765	-52.898
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	204.130	-890
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos intangíveis	0	0
	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-6.000	
Juros e gastos similares	-6.465	-4.624
	-12.465	-4.624
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-12.465	-4.624
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	191.665	-5.514
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	24.213	29.727
Caixa e seus equivalentes no fim do período	215.878	24.213

Cláudio Alves

Cláudio Alves

phl



M. 
 11/1

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 dezembro 2022

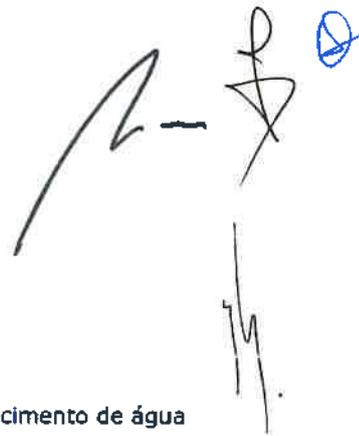
		Capital próprio incluindo os movimentos de capital da empresa (€)								
Descrição		Capital próprio	Reserva legal	Reserva de avaliação	Reserva de reservas	Reserva de resultados	Reserva de distribuição	Reserva de substituição	Reserva de outras alterações	Total
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	2.064.000	0	0,00	0	15.000	0	-1.168.471	-287.570	5.000
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
	Prima de subscção de novo referenciada como 645.000									
	Alterações de perfis e opções de compra									
	Dividendos de distribuição de ações (100.000)									
	Realização de resultados de avaliação de ativos não tangíveis a longo prazo									
	Desdobro de reservas de ações (100.000) e reservas de distribuição de ações									
	Outras alterações imputadas ao capital próprio									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									-243.041
	RESULTADO INTERIM									-243.041
	ALTERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	Realização de capital									
	Realização de prémios de subscrição									
	Prémios de subscrição									
	Dividendos para acionistas de período									
	Outras alterações									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0
	APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
	Constituição de Reserva Legal									
	Transferência de Reservas Legais para Reservas Transiçórias									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-192.270	222.270	0
	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	2.064.000	0,00	0,00	0,00	15.000	0,00	-1.360.741	-64.270	5.000

Cláudia Aves





NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. Identificação da entidade

1.1 Designação da sociedade

A atividade principal da Águas de Carrazeda, S.A. é a captação, tratamento e fornecimento de água para consumo e a recolha e tratamento de águas residuais. A água aduzida tem origem na albufeira de Fontelonga. O Sistema de Drenagem de Águas Residuais baseia-se em sistemas únicos, constituídos pela rede de drenagem e órgãos de tratamento maioritariamente constituídos por fossas sépticas, com exceção da sede do Concelho servido pela ETAR de Carrazeda. Pelos serviços prestados, a empresa fatura mensalmente aos seus clientes uma tarifa de disponibilidade assim como tarifas volumétricas de água e saneamento, em função do consumo registado. A empresa presta ainda outros serviços, nomeadamente construção de ramais de ligação, retiradas de contador, vistorias, ampliações de rede.

1.2 Sede:

A empresa tem a sua sede na Praça do Município, 5140-087 Carrazeda de Ansiães, e escritórios na Rua Victor Guilhar, 90 e 92, 5140-103 Carrazeda de Ansiães.

1.3 Designação das empresas mãe

O capital social da empresa é repartido por dois acionistas de referência:

- AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., com sede em Quinta da Fonte Office Park, Edifício Q54 D. José, Piso 2, 2770-203 Paço de Arcos;
- Socopul – Sociedade de Construções e Obras, S.A. – Em Liquidação, com sede em Galerias Carf 2, Praça Luis de Camões, 10, loja 2, 5000-651 Vila Real, atualmente em liquidação no âmbito do respetivo processo de insolvência.



2. Bases de Apresentação

2.1 Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

No âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, a Águas de Carrazeda optou por elaborar as suas contas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standard Interpretations Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto destas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras da Águas de Carrazeda, agora apresentadas, refletem os resultados das suas operações e a posição financeira para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.4 Estimativas e julgamentos relevantes, utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2 Bases de preparação das demonstrações financeiras:

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de março de 2024 estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Águas de Carrazeda, tomando por base o custo histórico.

2.3 Novas Normas IFRS adotadas e a adotar

Normas, alterações e interpretações adotadas em 2023:

Regulamento da EUn.º	Novas normas e alterações endossadas pela União Europeia	Aplicação obrigatória exercícios iniciados em ou após
2022/357	IAS 1 - Divulgação de políticas contabilísticas	jan/23
2022/357	IAS 8 - Divulgação de estimativas contabilísticas	jan/23
2023/2468	IAS 12 - Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois	jan/23
2022/1392	IAS 12 - Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação	jan/23
2022/1491	IFRS 17 - Aplicação Inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	jan/23
2021/2036	IFRS 17 - Contratos de seguro	jan/23
2023/2822	IAS 1 - Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com covenants	jan/24
2023/2579	IFRS 16 - Passivos por locação numa venda e relocação	jan/24

Normas, alterações ainda não endossadas pela União Europeia:

Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia	Aplicação obrigatória exercícios iniciados em ou após
IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores	jan/24
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	jan/25

2.4 Estimativas e Julgamentos Contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras exige que sejam efetuadas estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira da empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

- na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e
- nas ações que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

Estimativas e julgamentos mais significativos:



M.
D

Estimativas e Julgamentos	Nota
Imposto sobre o rendimento	Impostos diferidos
Imparidade de valores a receber	Contas a receber

A

2.5 Eventos Subsequentes

O Relatório e Contas foram aprovados pelo Conselho de Administração em 4 de março de 2024 tendo sido na mesma data autorizadas para emissão as respetivas demonstrações financeiras.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.



3. Política de gestão de Risco Financeiro

As atividades das Águas de Carrazeda estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.1 Risco da taxa de Juro

O risco da taxa de juro da Águas de Carrazeda advém, essencialmente, da contratação de uma conta corrente caucionada e empréstimosacionistas. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa.

3.2 Risco de Liquidez

A empresa gere o risco de liquidez através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A previsão dos fluxos de caixa é realizada anualmente na preparação do orçamento anual. É elaborada a monitorização das previsões de necessidades de liquidez da empresa de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais. Estas previsões têm em consideração o cumprimento de objetivos internos ao nível dos rácios de balanço e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais da empresa.

3.3 Risco de Crédito

A Águas de Carrazeda encontra-se sujeita a risco de crédito sobre os saldos a receber dos clientes e a outros devedores, tendo adotado uma política de gestão e monitorização de risco. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias locais pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes em saldar os seus compromissos.



4. Rédito

Política Contabilística:

O rédito é mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber no âmbito do contrato celebrado com o cliente.

O modelo de reconhecimento do rédito é baseado em cinco passos de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as *performance obligations*;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação; e,
- Reconhecer o rédito.

O rédito é reconhecido apenas no momento em que a *performance obligation*   satisfeita, o que depende se as *performance obligations* são satisfeitas ao longo do tempo ou se pelo contrário o controlo sobre o bem ou serviço é transferido para o cliente num determinado momento.

O rédito da prestação de serviços é apenas reconhecido no momento em que a *performance obligation*   satisfeita, ou seja, no momento da prestação do serviço efetiva ao cliente. As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos concedidos.

O rédito é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando: a quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada e   provável que os benefícios econ micos associados à transação fluam para a Empresa.

Com referência ao ano findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o rédito de vendas e serviços prestados detalha-se como segue:



Rendimentos de Água	2023	2022
Vendas de água	370.988	291.393
Tarifa de utilização	231.069	213.767
Tarifa de construção	14.931	4.191
Tarifa colocação contador	424	3.380
Tarifa de corte e restabelecimento	378	1.132
Diversos - água	6.041	4.466
Sub-total	623.832	518.348
Rendimentos de Saneamento	2023	2022
Tarifa de utilização	140.221	125.908
Tarifa de construção	8.656	9.538
Diversos - saneamento	7.429	7.959
Sub-total	156.307	143.405
Prestações de serviço diversas	2023	2022
Diversos	68	407
	68	407
Vendas e Prestações de Serviços	780.207	662.159

5. Fornecimentos e Serviços externos

Política Contabilística:

Os custos com fornecimentos e serviços externos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento, de acordo com o princípio da especialização. As diferenças entre os montantes pagos e os correspondentes custos são reconhecidos na demonstração da posição financeira.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os fornecimentos e serviços externos decompõem-se como se segue:

Fornecimento e Serviços Externos	2023	2022
Subcontratos	183.538	183.641
Vencimento requisitados	183.538	183.641
Trabalhos de construção civil subcontratados	0	0
Trabalhos Especializados	108.173	138.057
Estudos e projetos	4.563	15.000
Análises laboratoriais	25.625	35.253
Serviços administrativos	9.160	8.630
Assistência Técnica	39.010	33.108
Assistência Informática	1.651	4.279
Custos de Cobrança	80	15
Entidade reguladora	2.748	2.794
Diversos	25.337	38.977
Publicidade e propaganda	190	950
Material de Segurança	0	0
Honorários	25.077	10.787
Conservação e Reparação	13.860	9.218
Materiais	4.445	4.264
Energia e Fluidos	49.679	63.023
Deslocações Estadas e Transporte	1.938	1.498
Rendas e Alugueres	19.195	35.355
Comunicação	11.602	10.691
Seguros	14.134	15.492
Contencioso e Notariado	206	105
Despesas de Representação	0	0
Limpeza Higiene e Conforto	3.867	3.944
Outros Serviços	16.644	21.333
	452.548	498.439

O Fiscal Único recebeu no corrente exercício, unicamente a título de serviços de revisão legal de contas, o montante de 5.400 euros mais IVA à taxa legal em vigor.

6. Custos com pessoal

Política Contabilística:

A Empresa reconheceu como um passivo (acréscimo de custo) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a Empresa reconhece esse excesso como um ativo (custo antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os custos com pessoal detalham-se como se segue:

Custos com Pessoal	2023	2022
Ordenado Base	98.915	93.544
Subsídio de Férias	10.725	9.786
Férias	9.052	9.300
Subsídio de Natal	9.241	8.644
Subsídio de Almoço	13.089	13.538
Prémio de Produtividade	14.900	12.617
Abono para falhas	847	1.035
Benefícios pós-emprego	16	44
Encargos sobre Remunerações	34.218	32.697
Seguro acidentes trabalho	5.210	4.220
Medicina no trabalho	707	786
Outros gastos com pessoal	1.224	0
	<u>198.145</u>	<u>186.212</u>

O total de trabalhadores ascende em 2023 a 9 pessoas e 10 pessoas em 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Águas de Carrazeda, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a benefícios de longo prazo, ii) benefícios de cessação de emprego, iii) pagamentos com base em ações atribuídas, nem iv) quaisquer saldos pendentes.



7. Outros Proveitos e Outros Custos

Política Contabilística:

Os outros proveitos e outros custos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização. As diferenças entre os montantes pagos ou recebidos e os correspondentes custos ou proveitos são reconhecidos na demonstração da posição financeira.

7.1 Outros Proveitos

Com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros proveitos detalham-se como segue:

Outros Proveitos	2023	2022
Correções exercícios anteriores	0	144
Ganhos em inventários	0	0
Outros	874	1.241
	<u>874</u>	<u>1.385</u>

7.2 Outros Custos

Com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros custos detalham-se como segue:

Outros Custos	2023	2022
Impostos	2.628	2.560
Correções relativas exercícios anteriores	342	6.059
Indemnizações diversas	900	0
Outros	74	146
	<u>3.944</u>	<u>8.764</u>

8. Proveitos e Custos Financeiros

Política Contabilística:

Os gastos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

A empresa classifica como "proveitos financeiros", os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria.



Encargos Financeiros com Financiamentos

Os encargos financeiros com financiamentos, são reconhecidos como custos à medida que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios. Os encargos financeiros de financiamentos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição ou desenvolvimento de ativos fixos tangíveis, intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer ganhos financeiros gerados por financiamentos obtidos antecipadamente e correspondentes a um investimento específico, são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

Encargos Financeiros com Outros Passivos

Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os resultados financeiros passam a incluir os gastos com juros calculados sobre os passivos das rendas vincendas de contratos financeiros.

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os proveltos e custos financeiros detalham-se como segue:

Custos Financeiros	2023	2022
Juros empréstimos bancários	6.465	4.624
Juros Suprimentos	26.345	7.472
Juros locação financeira	2.007	2.332
Outros	7.490	0
	<u>42.306</u>	<u>14.429</u>



9. Imposto Sobre o Rendimento

9.1 Imposto Sobre o Rendimento

Política Contabilística:

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios.

O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2019 a 2023 poderão ainda vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, a uma taxa de 21%, não estando sujeita a derrama no concelho. Adicionalmente nas situações previstas no artigo 8.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, que incidem exclusivamente sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.



O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem sido reconhecidos no período, relativamente a impostos correntes de períodos anteriores.

Com referência ao ano findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o gasto/(rendimento) por impostos correntes e impostos diferidos detalha-se como segue:

<u>Imposto</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto Corrente	2.695	2.846
Imposto diferido	2.063	-323
	<u>4.758</u>	<u>2.523</u>

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	<u>Base de imposto</u>		<u>Taxa média efetiva de imposto</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado líquido do exercício	-111.280	-248.847		
Variações patrimoniais	0	0		
Taxa de imposto sobre rendimento	<u>21,0%</u>	<u>21,0%</u>		
	-23.369	-52.258	21,0%	21,0%
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
Impostos diferidos	0	0		
IRC e outros impostos	2.695	2.846		
Gastos não documentados	28	56		
Créditos incobráveis não aceites	0	0		
Correções relativas a exercícios anteriores	342	6.059		
Outros	25	64		
	<u>3.090</u>	<u>9.024</u>	-2,8%	-3,6%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Impostos diferidos	-2.063	323		
Reversão de perdas por imparidade	0	0		
Excesso para estimativa de IRC	0	26		
	<u>-2.063</u>	<u>349</u>	1,9%	-0,1%
Prejuízo fiscal	-106.127	-240.172		
Dedução prejuízos fiscais	0	0		
Matéria Coletável	<u>-106.127</u>	<u>-240.172</u>		
Taxa de imposto sobre rendimento	<u>21,0%</u>	<u>21,0%</u>		
Imposto calculado	0	0	0,0%	0,0%
Tributação autónoma	2.695	2.846	-2,4%	-1,1%
Imposto sobre o rendimento	2.695	2.846	-2,4%	-1,1%



9.2 Impostos diferidos

Política Contabilística:

O imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do IRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), sendo efetuada a distinção, entre impostos correntes e impostos diferidos, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que se considere provável a sua recuperação no futuro.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Estimativas e Julgamentos

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável que exista lucro tributável estimado para que os prejuízos possam ser utilizados. É requerido um julgamento significativo da Administração na determinação do valor dos ativos por impostos diferidos a serem reconhecidos, com base nos lucros tributáveis futuros esperados em conjunto com a estratégia fiscal futura.

Em termos de Ativos e Passivos por Impostos Diferidos para cada período reconhecidos no Balanço os valores são:

	Balanço		Demonstração	
	2023	2022	2023	2022
Impostos Diferidos Ativos				
Perdas por imparidade	308	2.371	2.063	-323
	308	2.371	2.063	-323

10. Ativos Fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

10.1 Ativos intangíveis

Política contabilística

A empresa dispõe, inicialmente de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema Abastecimento de Água e de Saneamento, do qual resulta o pagamento escalonado de €146.274,90 ao longo do período da concessão, à Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, valor este que é atualizado anualmente pela aplicação do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão (atualização anual, com base no IPC, excluindo habitação).

A contabilização dos direitos da Concessionária relativamente às infraestruturas, os serviços de construção e os serviços operacionais, seguem o preconizado na IFRIC 12.

Todos os Ativos intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos.

Os ativos são registados ao custo de aquisição ocorridos durante a sua elaboração.

Por se entender que estes bens estão diretamente ligados ao desempenho da empresa as amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das unidades de produção.

As taxas de amortização aplicadas foram as seguintes:

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Coeficiente de atualização	110,263	118,411	126,714	135,067	143,774	152,940	162,582	172,707	183,322	194,437	206,062	218,207	230,872	244,057	257,762	272,007	286,792	302,127	318,012	334,447	351,432	368,967	387,052	405,687
Previsão de inflação	3,00%	4,20%	3,90%	4,10%	3,30%	3,10%	3,20%	3,10%	3,10%	3,00%	3,10%	3,20%	3,30%	3,40%	3,50%	3,60%	3,70%	3,80%	3,90%	4,00%	4,10%	4,20%	4,30%	4,40%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de ativos intangíveis detalha-se como segue:

	01.01.2022	Aquisições	Abates	31.12.2022	Aquisições	31.12.2023
Gasto						
Direito concessão - infraestruturas	3.019.946			3.019.946		3.019.946
Direito concessão - retribuição concedente	146.275			146.275		146.275
	3.166.221	0	0	3.166.221	0	3.166.221
Amortizações / Imparidade						
Direito concessão - infraestruturas	1.809.556	91.427		1.900.983	100.428	2.001.411
Direito concessão - retribuição concedente	92.337	4.074		96.411	4.074	100.485
	1.901.893	95.501	0	1.997.394	104.502	2.101.896
	1.264.328	-95.501	0	1.168.827	-104.502	1.064.325



10.2 Ativos Fixos Tangíveis

Política Contabilística

Os ativos fixos são registados ao custo de aquisição e subsequentemente mensurados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. Os ativos fixos tangíveis referem-se essencialmente a bens utilizados nas prestações de serviços ou no uso administrativo.

Nas depreciações e imparidades é utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Designação	Anos
Edifícios e outras Construções	10-20
Equipamento Básico	3-8
Equipamento Transporte	4-8
Equipamento Administrativo	8-10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3-8

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.

O valor residual e as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis são revistos no final de cada ano e ajustadas prospetivamente.

No que respeita a custos subsequentes, os dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações, quando aplicável, deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos operacionais ou gastos e perdas operacionais.

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são analisados como segue:

	01.01.2022	Aquisições	Abates	31.12.2022	Aquisições	31.12.2023
Gasto						
Edifícios e outras Construções	114.166			114.166		114.166
Equipamento Básico	256.249	2.667		258.917		258.917
Equipamento Transporte	59.736	13.222	-14.633	58.324	7.864	66.187
Equipamento Administrativo	45.860			45.860		45.860
Outros Ativos Fixos Tangíveis	22.445			22.445		22.445
Em curso	0			0		0
	498.456	15.889	-14.633	499.711	7.864	507.575
Amortizações / Imparidade						
Edifícios e outras Construções	29.713	8.815		38.528	8.815	47.343
Equipamento Básico	182.569	8.324		190.894	8.457	199.351
Equipamento Transporte	46.557	12.813,73	-11.273	48.097	13.713,01	61.810
Equipamento Administrativo	45.776	51		45.827	33	45.860
Outros Ativos Fixos Tangíveis	22.445			22.445		22.445
	327.059	30.004	-11.273	345.790	31.018	376.808
	171.397	-14.115	-3.360	153.921	-23.155	130.767

11. Locações e Ativos sob direitos de uso

Política contabilística

Na data de início de um arrendamento, será reconhecido um passivo pelos pagamentos futuros e um ativo que representará o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo de locação.

Os ativos são reconhecidos na rubrica de Direitos de uso e são classificados de acordo com a natureza do ativo subjacente. Os ativos são registados no momento inicial pelo valor de custo amortizado do contrato e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada.

Estes ativos são amortizados linearmente de acordo com a vida útil do contrato, exceto quando a vida útil do ativo é menor que a do contrato e neste caso, o período de amortização coincidirá com a vida útil do bem.

Os passivos são reconhecidos na rubrica Passivos de locações e correspondem às remunerações fixas contratualizada e aos gastos iniciais e remuneração variável com elevada probabilidade de ocorrência (custos diretos associados ao início do funcionamento ou multas, entre outros), excluindo desse cálculo as rendas variáveis contingentes. Esse passivo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juro implícita do contrato ou, no caso de não poder ser facilmente determinado, a taxa de juro incremental da Empresa (detentora do contrato de locação).

O passivo é atualizado de acordo com o método do juro efetivo e diminui pelos pagamentos efetuados. O passivo será reavaliado, geralmente como um ajuste no ativo de direito de uso, desde que haja modificações pós-contrato, como nos seguintes casos: mudanças nos termos do contrato, alterações nos pagamentos futuros do contrato devido à atualização dos índices indicado no contrato, modificações de parcelas futuras, etc. No caso de modificações que alterem o prazo do arrendamento ou modificações substanciais no âmbito da locação, o passivo do contrato será reavaliado levando em consideração a taxa de desconto atualizada.

Existem duas exceções no reconhecimento de ativos e passivos de locações, os quais são registados como gasto na rubrica de fornecimentos e serviços externos:

- Locações de baixo valor: refere-se aos arrendamentos insignificantes, ou seja, àqueles contratos cujo ativo subjacente é atribuído a um valor como novo de pouca relevância. O Grupo e a Empresa estabeleceram o valor de 5.000 euros.
- Locações de curto prazo: contratos com prazo estimado de locação inferior a 12 meses.

Na aplicação da IFRS 16, a Empresa adotou a abordagem de transição simplificada prevista nos parágrafos C3 (b), C7 e C8 da IFRS 16, que se traduz na aplicação a 1 de janeiro de 2019, sem a reexpressão dos valores comparativos. Os valores reconhecidos relativos a ativos sob direito de uso respeitam a locações de edifícios e viaturas. A Empresa regista os ativos sob direito de uso na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis.

O detalhe dos ativos sob direito de usos encontram-se detalhados na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis (nota 10.2).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos passivos de locação encontram-se detalhados na rubrica de credores e outros passivos.



12. Contas a Receber Correntes e Não Correntes

Política Contabilística

Os saldos a receber resultam das atividades principais da Empresa e o modelo de negócio seguido é "deter para cobrar".

A mensuração inicial é o justo valor, sendo subsequentemente mensurado ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade.

Estimativa e Julgamentos

São reconhecidas perdas por imparidade de acordo com o modelo das perdas esperadas ("ECL") para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo através de resultado. As ECLs são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma aproximação das taxas de juros efetivas originais.

Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As ECLs são reconhecidas em duas etapas: i) para exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento que são possíveis nos próximos 12 meses (uma ECL de 12 meses); ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, uma imparidade para perdas é necessária para perdas de crédito esperadas até à maturidade, independentemente do momento do incumprimento (ECL até à maturidade).

As perdas por imparidade dos saldos de clientes e outros valores a receber correntes são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade, em cada data de relato. Foi estabelecida uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perda de crédito, ajustada por fatores prospetivos específicos para os devedores e o ambiente económico.

As perdas por imparidade dos saldos de clientes e outros valores a receber correntes são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade, em cada data de relato. Foi estabelecida uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perda de crédito, ajustada por fatores prospetivos específicos para os devedores e o ambiente económico.



12.1 Contas a receber de Clientes

A rubrica de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é analisada conforme segue:

Clientes	2023	2022
Clientes gerais	11.988	7.688
Cliente estado	8.841	1.133
Clientes não faturados	67.077	56.598
Clientes em imparidade	20.507	19.412
Clientes imparidade acumuladas	-20.507	-20.021
	<u>87.906</u>	<u>64.811</u>

O saldo de clientes por antiguidade apresenta-se da seguinte forma:

ANO	Montante	Montante	30<X<60	60<X<90	90<X<120	120<X<180	180<X<360	X>360
	Total	Não vencido						
2023	108.413	80.418	3.598	2.836	1.054	632	729	19.146
2022	84.832	61.225	2.254	1.230	711	535	922	17.954

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2022	27.111
Reforço do ano	317
Utilizações	0
Reversões	-7.406
Saldo em 31.12.2022	<u>20.021</u>
Reforço do ano	1.095
Utilizações	
Reversões	-609
Saldo em 31.12.2023	<u>20.507</u>

12.2 Devedores e Outros Ativos

A rubrica de devedores e outros ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é analisada conforme segue:

Outros devedores	2023	2022
Município Carrazeda de Anslães		
Subsídios à exploração	2.353.735	2.353.735
Devedores - FCT	2.172	2.167
Outros devedores	<u>3.243</u>	<u>3.243</u>
	<u>2.359.151</u>	<u>2.359.146</u>



13. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política Contabilística

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" engloba os montantes de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração é insignificante.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de financiamento; e (3) atividades de investimento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalha-se conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	1.750	1.750
Depósitos à ordem	<u>214.128</u>	<u>22.463</u>
	<u>215.878</u>	<u>24.213</u>

14. Capital Próprio

14.1 Capital Social

O capital social ascende a 1.000.000 Euros e encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras, sendo constituído por 1.000.000 de ações nominativas.

14.2 Prestações Suplementares

Esta rubrica inclui as prestações acessórias que foram efetuadas pelos seus dois acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares.

De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

14.3 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

14.4 Resultados Transitados

Esta rubrica reflete os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

15. Provisões, Passivos Contingentes Ativos Contingentes

Política Contabilística

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.



Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência será somente confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos futuros seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos e não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados no anexo se considerar que são prováveis.

16. Dívida Financeira – Corrente e Não corrente

Política Contabilística

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar e outras contas a pagar, empréstimos.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos obtidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método taxa de juro efetivo. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prémio sobre aquisição e taxas ou custos que são parte integrante da taxa de juro efetiva. A amortização da taxa de juro efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado.

Esta categoria geralmente aplica-se a empréstimos e empréstimos com juros.

O passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é retirada ou cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, como troca ou a modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de uma nova responsabilidade. A diferença nos respetivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.



Dívida Financeira

A dívida financeira é inicialmente mensurada ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Na mensuração subsequente, a dívida financeira é reconhecida ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida em "Juros suportados com empréstimos bancários" na nota 8 Resultados financeiros.

Com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, a dívida financeira é apresentada como segue:

Dívida Financeira		
Não corrente		
	2023	2022
Suprimentos	852.678	852.678
Suprimentos - juros a pagar	42.086	15.741
Empréstimos bancários	54.000	0
Empréstimos bancários - juros a pagar	0	0
	<u>948.764</u>	<u>868.419</u>
Corrente		
	2023	2022
Suprimentos	0	0
Suprimentos - juros a pagar	0	0
Empréstimos bancários	39.000	98.886
Empréstimos bancários - juros a pagar	0	0
	<u>39.000</u>	<u>98.886</u>

As condições dos financiamentos obtidos são as seguintes:

Financiamento Obtidos	2023	2022
Suprimentos	852.678	852.678
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Juros decorridos acumulado	42.086	15.741
Empréstimo Bancário	93.000	98.886
Condições	Euribor 3m+3,5%	Euribor 3m+3,5%
Juros decorridos em dívida	6.465	4.624
	<u>987.764</u>	<u>967.305</u>



17. Contas a Pagar Correntes e Não Correntes

Política Contabilística

Os saldos de credores e outras contas a pagar são inicialmente mensuradas ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Na mensuração subsequente estes passivos são reconhecidos ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de contas a pagar detalham-se como segue:

<u>Contas a pagar de Fornecedores</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo		
Fornecedores gerais	1.840.443	1.831.033
Fornecedores trabalhos efectuados e não facturados	60.807	92.346
Fornecedores empresa mãe	695.098	622.169
Fornecedores empresa mãe fora do grupo	134.804	134.804
Fornecedores outras partes relacionadas	0	1.594
Fornecedores em recepção e conferência	520	0
	<u>2.731.672</u>	<u>2.681.946</u>
Outras contas a pagar		
Não corrente	2023	2022
Retribuição à concedente	202.179	194.690
Passivo de Locação	73.392	88.484
	<u>275.572</u>	<u>283.174</u>
Corrente	2023	2022
Fornecedores de investimento	21.842	21.842
Remunerações a pagar	0	23.339
Credores diversos	746.785	640.866
	<u>768.627</u>	<u>686.047</u>

18. Compromissos e Garantias

Garantias Prestadas

A garantia prestada pela Águas de Carrazeda, S.A., no âmbito da sua atividade, é a seguinte:

<u>Entidade</u>	<u>N.º</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Concedente			
Câmara Municipal Carrazeda de Ansiães	11248099000	<u>324.219</u>	<u>324.219</u>
		<u>324.219</u>	<u>324.219</u>



Compromissos

As restantes garantias e compromissos de carácter financeiro e operacional prestadas pela Empresa têm subjacentes responsabilidades que já se encontram refletidas na demonstração da posição financeira e divulgadas nas notas explicativas.

19. Partes Relacionadas

19.1 Relacionamentos com empresas-mãe

Nome da empresa-mãe imediata

AGS – Administração Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.

Nome da empresa-mãe controladora final

Marubeni Corporation

Nome da empresa-mãe Intermédia superior seguinte que produz demonstrações financeiras disponíveis para uso público

AGS MCKUK Holdings

19.2 Transações entre partes relacionadas:

Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transacções que faz	Serviços que recebe/ Transacções que recebe
AGS	Cedência de Know How Assistência Técnica Serviços Administrativos	Dividendos Juros suprimientos
LRTM	Controlo analítico	
Socopul	Assistência Técnica	Dividendos Juros suprimientos



Transações e saldos pendentes:

Descrição	AGS		Socopul		LRTM	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Vendas e ou Prestação de Serviços	0	0	0	0	0	0
Prestação de Serviços Intragrupo	0	0	0	0	0	0
Proveitos Financeiros	0	0	0	0	0	0
Compras e Aquisições de Serviços	57.155	51.037	9.753	8.277	25.460	35.253
Aquisição de Serviços Intragrupo	0	0	0	0	0	0
Acordo de Partilha de Custos	0	0	0	0	0	0
Custos Financeiros	19.758	5.604	6.586	1.868	0	0
Contas a Pagar	682.315	647.000	204.689	194.937	0	1.594

20. Instrumentos Financeiros

Nos termos da IFRS 9 os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

Ativos Financeiros

As aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidas no balanço na data da assinatura do respetivo contrato independentemente do momento da sua liquidação financeira. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio é alcançado através da recolha dos respetivos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado. Ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados em Outros rendimentos/gastos. Perdas por imparidade são apresentadas numa linha autónoma da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento na situação acima referida são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados.

Imparidade

O modelo de reconhecimento de imparidades previsto na IFRS 9 inclui o conceito de “perdas esperadas”. Este modelo é aplicável aos instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral (o que inclui empréstimos, depósitos bancários, contas a receber e títulos de dívida).

Uma vez verificado o evento de perda nos termos da IFRS 9, a imparidade acumulada é diretamente imputada ao ativo financeiro em causa, ou seja, o valor contabilístico do ativo é reduzido e o montante de perdas reconhecido na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o montante de imparidade diminuir, o montante de perdas por imparidade previamente reconhecido é revertido igualmente na demonstração de resultados se a diminuição dessa imparidade estiver objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento inicial.

Passivo Financeiro

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor deduzidos dos custos de transação ocorridos, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.



21. Justo Valor de Ativos e Passivos

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, em cotações de mercado. Caso estas não existam, o justo valor é determinado através de cotações fornecidas por entidades externas ou com recurso a modelos de valorização geralmente aceites, os quais têm por base técnicas de desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de avaliação de opções. Estes modelos recorrem a dados de mercado com impacto sobre os instrumentos financeiros, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e indicadores de volatilidade, incluindo de risco de crédito.

Os dados de mercado são disponibilizados em bolsas de valores (cotações de títulos) e/ou de plataformas de informação financeira como a Bloomberg e a Reuters.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, A Águas de Carrazeda enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus ativos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 – Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados líquidos para os ativos e passivos identificados;
- Nível 2 – Justo valor calculado com base em “inputs” de mercado não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o ativo ou passivo, quer direta quer indiretamente;
- Nível 3 – Justo valor dos ativos e passivos calculado com base em “inputs” que não são baseados em informação observável em mercado.

Com referência a 31 de dezembro de 2023 não foram identificadas diferenças relevantes ou significativas entre o valor contabilístico dos ativos e passivos financeiros e o seu justo valor.



22. Outras Divulgações

De acordo com estabelecido pela SIC 29 divulgam-se os seguintes elementos:

A Empresa Águas de Carrazeda, S.A. foi constituída em 7 de fevereiro de 2001 e tem a sua sede na Praça do Município, em Carrazeda de Ansiães e escritórios na Rua Victor Guilhar, 90 e 92, em Carrazeda de Ansiães. Em 22 de Maio do mesmo ano o Município de Carrazeda de Ansiães entregou-lhe, pelo prazo de 30 anos, a Concessão e Exploração conjunta dos Serviços Públicos Municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Carrazeda de Ansiães. A 22 de Julho de 2001 deu-se início ao Período de Funcionamento da Concessão.

São afectos à Concessão os seguintes bens, nela se integrando para os devidos e legais efeitos:

- a) Todas as Infra-estruturas, Instalações, Equipamentos e quaisquer outros bens afectos à Exploração dos Sistemas Concessionados;
- b) Todas as máquinas, equipamentos, aparelhos e respectivos acessórios, utilizados na exploração, manutenção e gestão dos sistemas, incluindo os necessários às operações de controlo de qualidade;
- c) Todos os imóveis adquiridos pela Concessionária e por esta utilizados na sua actividade;
- d) Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que a Concessionária seja titular e que estejam afectos à Concessão;
- e) Quaisquer outros bens afetos à Concessão, desde que directamente relacionados com a exploração dos Sistemas Concessionados.

O contrato de concessão prevê na clausula 14.^a as condições de equilíbrio económico-financeira nomeadamente "Modificação unilateral, pela Concedente, das obrigações da Concessionária desde que, em resultado da mesma, se verifique para esta um aumento significativo de custos ou uma perda relevante de receitas" sendo a compensação efectuada pelas seguintes formas:



- a) Compensação diretas a cargo da entidade Concedente;
- b) Prorrogação do prazo da Concessão;
- c) Alteração da tarifa de venda de água e/ou de saneamento;
- d) Qualquer outra solução que venha a ser acordada entre as partes.

O Município e a Concessionária encontram-se, a esta data, a equacionar cenários para a resolução do desequilíbrio económico-financeiro da Concessão.

O Contabilista Certificado

Cláudia Alexandra Almeida Alves
Cláudia Alexandra Almeida Alves

O Conselho de Administração

João Pedro Faria Feliciano
João Pedro Faria Feliciano

José Leopoldo Cardoso
José Leopoldo Cardoso

Altino Barbosa da Conceição
Altino Barbosa da Conceição



Certificação Legal de Contas

M. 





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de **Águas de Carrazeda, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.907.890 euros e um total de capital próprio negativo de 898.222 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111.280 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Águas de Carrazeda, S.A.** em 31/12/2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

A posição financeira que a empresa apresenta, fruto do impasse em que se encontra há anos, indicia riscos relativos à continuidade, consubstanciados nos elevados prejuízos transitados e do exercício, constatando-se a perda da totalidade do capital. No entanto, conforme descrito no capítulo acima referido e no capítulo "Perspetivas Futuras" do relatório de gestão, a empresa pretende continuar a cumprir com as suas obrigações contratuais, e, por isso, mantém a ótica de continuidade.

Devido a esta situação, também continua a rubrica de "Outras contas a receber" na Demonstração da Posição Financeira a refletir o reconhecimento por estimativa do valor a receber da autarquia, calculado até 2010, como condição de reequilíbrio económico-financeiro previsto no contrato de concessão. Este valor é compensado, em grande parte, com a dívida da empresa à autarquia registada na conta de "Contas a pagar de Fornecedores" na Demonstração da Posição Financeira.

A minha opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

-avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Braga, 15 de março de 2024



Paula Alexandra Monteiro Baptista Alves Sá

Relatório e Parecer do Fiscal Único

M. S.

A.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que me foi conferido, venho apresentar-vos o Relatório da minha atividade e o meu Parecer sobre os documentos de prestação de contas de "Águas de Carrazeda, S.A.", referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No âmbito das minhas funções:

- a) Acompanhei a atividade desenvolvida pela sociedade no presente exercício, tendo recebido da Administração e dos Serviços as informações e esclarecimentos solicitados.
- b) Verifiquei a regularidade da escrituração, tendo procedido às confirmações consideradas adequadas;
- c) Apreciei as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados que se me figuram adequados;
- d) Analisei as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- e) Apreciei o relatório do Conselho de Administração, o qual reflete de forma clara a evolução da atividade e a situação da Sociedade.
- f) Emiti a Certificação Legal das Contas, com uma incerteza material relacionada com a continuidade, a qual fica a fazer parte integrante deste relatório.

Tendo em atenção o exposto, nomeadamente o teor da Certificação Legal das Contas, sou de parecer que a Assembleia Geral poderá aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2023 apresentados pela Administração e a proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

Braga, 15 de março de 2024

O FISCAL ÚNICO



Paula Alexandra Monteiro Baptista Alves Sá